

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELA RIBEIRO AMANCIO

GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

UBERLÂNDIA
MAIO - 2023

GABRIELA RIBEIRO AMANCIO

GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

UBERLÂNDIA

MAIO - 2023

GABRIELA RIBEIRO AMANCIO

Governança pública no Brasil: uma revisão sistemática

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de avaliação:

Prof.(a) Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

Prof.(a)

Prof.(a)

Uberlândia (MG), 07 de maio de 2023

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar o perfil e a evolução das pesquisas na área de governança pública na base da Spell, no período de 2017 a 2022. Entende-se que a boa governança é fundamental para qualquer sociedade visando o seu desenvolvimento econômico e social. Percebe-se que a governança se aplica a diversas formas organizacionais, inclusive às organizações públicas. A governança pública é uma estratégia de desenvolvimento para se aproximar da Sociedade, buscando alinhar os interesses e demandas de ambas as partes. É de grande importância aplicar e propor formas de intervenção e participação governamentais que integrem desenvolvimento social, tecnológico e capital, de uma forma democrática e inclusiva. Para atingir o objetivo foi realizada uma revisão sistemática de literatura, de cunho exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, utilizando-se da adoção dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. A análise constatou que conceitualmente o tema pode ser abordado em várias concepções, e empiricamente possui diversos significantes, fazendo com que o estudo tenha que ser aprofundado em cada área específica.

Palavras-Chave: Governança Pública; Governança; Tecnologia; Revisão Sistemática.

ABSTRACT

This research aims to investigate the profile and evolution of research in the area of public governance at the base of Spell, from 2017 to 2022. It is understood that good governance is fundamental for any society aiming at its economic and social development. It is perceived that governance applies to different organizational forms, including public organizations. Public governance is a development strategy to approach society, seeking to align the interests and demands of both parties. It is of great importance to apply and propose forms of government intervention and participation that integrate social, technological, and capital development, in a democratic and inclusive way. To achieve the objective, a systematic review of the literature was carried out, with an exploratory and descriptive nature, with a qualitative approach, using the adoption of technical procedures of bibliographical and documental research. The analysis found that conceptually the theme can be approached in several conceptions, and empirically it has several signifiers, making the study have to be deepened in each specific area.

Keywords: Public Governance; Governance; Technology; Systematic review.

1. INTRODUÇÃO

Há algum tempo o termo governança vem sendo discutido em diversas áreas, setor privado, público e na academia.

Segundo Peters (2013),

o significado fundamental da governança é dirigir a economia e a sociedade visando objetivos coletivos. Peters (2013, p.29)

Peters (2018, p.13) destaca que “a boa governança é fundamental para qualquer sociedade para a promoção de seu desenvolvimento econômico e o bem-estar da população”.

O foco deste estudo é a governança pública. Segundo Teixeira e Gomes (2019) a governança se aplica a diversas formas organizacionais, inclusive às organizações públicas. Aquino *et al.* (2021) definem governança pública como uma estratégia de desenvolvimento proposta pelo Estado para se aproximar da sociedade, buscando alinhar os interesses e demandas de ambas as partes.

Segundo Ronconi (2011), é de suma importância aplicar e propor formas de intervenção e participação governamentais que integrem desenvolvimento social, tecnológico e capital, de uma forma democrática e inclusiva, ampliando, os mecanismos de participação nos processos deliberativos do Estado.

De acordo com Giovanini (2020) com o aumento da utilização da internet e da busca por serviços digitais, torna-se indispensável que a gestão pública adote tais ferramentas para facilitar a Governança Pública, abrindo espaço para uma maior democratização dos serviços e informações do Estado.

De acordo com Ronconi (2011), fica evidente que a implementação da digitalização dos serviços públicos, além de tornar mais democrático o acesso e facilitar a interação entre o governo e o cidadão, ainda apresenta todo um leque de benefícios, os quais otimizam a qualidade e o fluxo dos serviços ofertados, melhorando o desempenho da máquina pública, e consequentemente influenciando diretamente no setor privado.

Assim Figueiredo e Santos (2014), dizem que a transparência fiscal tem o objetivo de fortalecer os eleitores, observadores e mercados financeiros, trazendo informações políticas à população, sobre as intenções de seus governantes em relação à política fiscal envolvida em seus governos.

Para Grigorescu (2003), esta transparência dos atos do governante, em relação ao uso do dinheiro público, tem uma grande importância de poder explicativo. Para este autor, a

transparência evidencia práticas como corrupção, evidenciando atitudes democráticas que estão relacionadas a gestão pública.

A pesquisa tem como questionamento, responder qual o perfil e a evolução das pesquisas na área de governança pública?

O trabalho tem como objetivo geral, investigar o perfil e a evolução das pesquisas na área de governança pública na base da Spell, no período de 2017 a 2022. Para atingir o objetivo deste estudo foi realizada uma revisão sistemática de literatura, onde foi utilizada, como recurso metodológico, uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória.

Trata de um tema relevante pelo fato de que envolve toda a sociedade e forma como a governança é estabelecida pelos gestores públicos de forma transparente para a apreciação do cidadão, que poderá controlar, e gerenciar as medidas, e as ações desempenhadas pelo gestor público e os resultados obtidos com tais ações.

Esta pesquisa contém quatro seções, além desta introdução. A próxima seção traz o referencial teórico, seguida da metodologia e análise dos resultados. E por fim são realizadas as considerações finais com sugestões de pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança

Governança em seu sentido literal pode ser considerada como direção, direcionamento de funções administrativas, ou mesmo direcionar ações, entretanto o conceito é um mais amplo e complexo, onde as relações com a gestão desempenhada e a sociedade são desenvolvidas. Segundo Peters (2013), “Governança tem um conceito que vai além de dirigir a economia, ou mesmo dirigir a sociedade, de forma que objetivos coletivos sejam realizados.”

O ato da governança está envolvido na identificação de metas e meios que podem alcançar essas metas. A governança, porém, está baseada em quatro fundamentos para que sejam obtidos resultados efetivos: estabelecimento de metas; coordenação das metas; implementação; avaliação e reações e comentários.

O estabelecimento de metas coletivas para a sociedade envolvida é o primeiro passo para a governança e a gestão, sendo necessário que se crie um método para a legitimação dessas medidas. Essas metas, portanto, podem ser determinadas através de meios democráticos ou não, entretanto essas metas são fundamentais para que os objetivos dos governos, de seus parceiros na administração e para a sociedade, levarão a um estado onde haverá evolução e desenvolvimento social e econômico.

De acordo com Peters (2013), “Os objetivos devem ser determinados de forma pontual, evitando-se objetivos amplos que se tornam abstratos em sua resolução. Os objetivos amplos devem ser fracionados em objetivos que são necessários para o cumprimento das metas maiores. Outro fator importante é que as metas devem ser compatíveis com as áreas públicas envolvidas, evitando-se contratempos burocráticos, políticos e ideológicos que inviabilizarão o processo.”

Entende-se que o processo político que é desenvolvido requer metas determinadas e operacionalizadas, envolvendo a questão de forma compatível por todas as partes envolvidas.

As metas devem ter coerência, enfim, para que atividades tanto no setor público como no setor privado sejam coordenadas. A coordenação e a coerência de políticas são de grande significado na interpretação durante o processo de governança, O governo pode utilizar programas diversos para atingir as metas, entretanto, nem sempre existe um consenso entre todas as derivações políticas existentes. Percebe-se que ideias diferentes produzem metas específicas, e diga-se, nem sempre compatíveis, dificultando o processo unificado da definição de metas governamentais. Quando a coordenação das metas não é eficaz, pode-se criar uma imagem negativa do governo, e, além disso, a qualidade dos serviços oferecidos pode ser piorada. (PETERS, 2013)

A implementação é o desenvolvimento de programas que visam metas selecionadas para o setor público, em concordância com o setor privado. É um ponto fundamental para o programa funcionar adequadamente, conciliando os atos do executivo e o legislativo. O processo de delegação é envolvido em vários procedimentos técnicos como contratos, parcerias, sendo utilizados instrumentos disponíveis ao governo para gerar uma conformidade melhor sem que exista uma alienação associada aos instrumentos de controle comando (PETERS, 2013).

A responsabilização avalia o impacto das ações tomadas, sendo um fator de grande importância, principalmente em regimes democráticos onde a responsabilização das ações é especialmente requerida pela sociedade. Neste ponto o processo digital é de grande

importância para a sociedade, visto que através da rede mundial de computadores a sociedade e outras partes envolvidas podem ter acesso de forma instantânea e eficiente (PETERS, 2013).

A governança corporativa é direcionada a solução de conflitos existentes levando a dados que possibilitam conciliar fatores de propriedade e gestão, para que administradores possam desenvolver decisões que alinhem as metas estipuladas com os interesses materiais e de propriedade envolvidos, desta forma os valores investidos são controlados pelos fornecedores de capital, sendo uma ferramenta para a segurança de seu retorno desejado. Entende-se que a segurança para os investidores em relação às ações e medidas inovadoras são desenvolvidos com base na governança corporativa. Percebe-se que as empresas que têm a sua disposição a governança corporativa estão dispostas a pagar mais pela segurança que esta oferece, como práticas não apenas favoreçam os interesses de seus proprietários, mas também a longevidade das empresas. Então o mecanismo de governança corporativa assegura que a tomada de decisão do gestor do investimento seja cumprida como estabelecido em sua meta inicial (RIBEIRO E SOUZA, 2022).

E a governança pública, que é discutida na próxima subseção, não é diferente, sendo o público-alvo é principalmente ao público social e sua relação com as tomadas de decisão do governo público, sendo fundamental a seu relacionamento transparente e comunicativo com este, no intuito de melhorar, ajustar e controlar ações governamentais para que tenham resultados condizentes com as metas estipuladas.

2.2 Governança Pública

Existe uma capacidade de organização para que os resultados planejados e pretendidos pelas partes interessadas se concretizem, sendo fiscalizada e monitorada a sua realização pelos entes envolvidos (AQUINO *et al.*, 2021).

De acordo Dias e Cario (2014), o tema da Governança Pública vem sendo cada vez mais discutido e proposto como solução para os processos sociais e econômicos, os quais fazem parte da estrutura fundamental da gestão do Estado, democratizando os processos de tomada de decisões, alinhando as demandas sociais com as necessidades políticas e comerciais do Estado.

Esse modelo desenvolvimentista de gestão estatal proposto pelo conceito de Governança Pública surge mais especificamente com a Constituição Federal Brasileira de 1988, dando direitos e deveres aos cidadãos brasileiros, os quais orientam e possibilitam uma

maior integração e participação nos processos de tomada de decisão da esfera governamental. Desta forma, o cidadão, além de poder escolher seus governantes, ainda tem a possibilidade de acompanhar as contas públicas de forma transparente, compreendendo, em tese, de que forma estão sendo destinados os seus impostos e os bens públicos (OLIVEIRA; PISA, 2015).

Assim, espera-se que os entes envolvidos na tomada de decisões e na formulação de estratégias que visem o bem comum sejam pautados pelos princípios de performance, visando aumentar a produtividade e fluxo dos processos, sejam eles sociais, econômicos ou políticos, transparentes, responsáveis, éticos e profissionais, garantindo a isonomia e a horizontalidade (CASTELO *et al.*, 2017).

Com o crescente aumento do uso da tecnologia e de mídias digitais no cotidiano da população mundial, a participação e as possibilidades de interação entre o cidadão e o Estado se tornaram maiores, diminuindo a burocracia de acesso às informações públicas, bem como facilitando o acesso a eles e a busca por serviços públicos (RONCONI, 2011).

Segundo Giovanini (2020) com o aumento da utilização da internet e da busca por serviços e comércios digitais, explicadas pelo conceito de economia compartilhada, o qual se refere às trocas e comércios realizados coletivamente de pessoas para pessoas, de forma coletiva ou individual, sem a necessidade de uma mediação e intervenção física ou força regulatória, torna-se indispensável que a gestão pública adote tais ferramentas para facilitar a Governança Pública, abrindo espaço para uma maior democratização dos serviços e informações do Estado.

O Decreto nº 9.203, de 2017, instituiu a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Desta forma é fundamental que essa ferramenta seja utilizada como uma forma de justificar a adoção de uma política direcionada ao objetivo de orientar a governança pública, de modo que os objetivos de origem sejam mantidos, e a condução dessa política condiz com o que foi programada. Suas principais motivações são a necessidade de se fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas; a busca por maior coordenação das iniciativas de aprimoramento institucional; e a utilidade de se estabelecer patamares mínimos de governança (BRASIL, 2018).

A perda de confiança da sociedade na instituição pública é um fator grave na administração, exigindo que seja necessária uma legitimidade das ações em que os resultados são apresentados de forma transparente, a percepção de que as políticas e as leis foram desenvolvidas e implementadas de forma justa e imparcial; e a autoridade gerada pelo compartilhamento de um conjunto de valores e costumes entre os indivíduos e o governante (BANCO MUNDIAL, 2017 *apud* BRASIL, 2018).

A atuação pública deslegitimada requer um custo maior de implantação, visto que a adesão ao projeto fica comprometido, afetando diretamente a confiança do cidadão na instituição, criando uma situação em que a desconfiança entre as partes gera reações negativas, resultando em burocracia e a desconformidade.

2.3 Estudos correlatos

Neste capítulo são descritos trabalhos de bibliometria sobre o tema Governança Pública.

Segundo *Peixe et al. (2018b)*, a pesquisa sobre o referido tema é escassa, pois de um total de 355 artigos relacionados a questão de pesquisa apenas 86 deles tratavam da temática, sendo desses 12 nacionais e 74 internacionais. Encontrando-se o maior volume de publicações nos anos de 2010, 2012 e 2013 com 13, 13 e 11 publicações respectivamente. Os achados desta pesquisa buscam contribuir com a área de Finanças Públicas, ao permitir a visualização do cenário existente sobre os temas pesquisados.

Rodrigues et.al. (2020), constatou que com base nos dados da Web of Science, foram escolhidos 719 artigos, observando-se que a quantidade de estudos acerca de Governança Pública no período compreendido entre 2009 e 2018 vêm aumentando gradativamente. A instituição em destaque na pesquisa sobre Governança Pública é a universidade de Londres, nenhuma Instituição brasileira aparece entre as dez maiores produtoras de trabalhos científicos nesta área. O Estados Unidos lidera o número de artigos por países no ranking de publicações, seguidos de Inglaterra e China. O formato de artigo é o mais escolhido entre os pesquisadores.

Para *Romão e Najberg (2021)*, as pesquisas no campo de governança de redes estão em plena evolução, com aumento gradativo de publicações anuais. A maioria dos estudos concentram-se no continente europeu, América do Norte e Austrália. Verifica-se forte integração entre o campo de governança de redes com as áreas de administração pública e políticas públicas, além de estudos vinculados as políticas de sustentabilidade, principalmente relacionados as mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável. Constata-se diversas lacunas e oportunidades de pesquisa na área de governança de redes com ênfase em políticas de sustentabilidade a serem preenchidas, sobretudo atreladas ao contexto nacional

Da mesma forma que os autores supracitados, esta pesquisa avança sobre o tema e contribui com a literatura de governança pública no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para a configuração da pesquisa, foi determinada a tipo revisão sistemática de bibliográfica de literatura, quanto ao objetivo, este projeto busca efetivar uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, cujo pesquisador é o instrumento-chave, utilizando-se da adoção dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. (SILVA, MENEZES, 2001)

Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica na biblioteca eletrônica *SPELL® Scientific Periodicals Electronic Library*, sendo selecionadas publicações entre os anos de 2017 e 2022. Foram utilizadas, na escolha dos artigos, as palavras-chave: Governança Pública; Governança; Tecnologia.

Todos os artigos utilizados estão no Anexo 1 deste estudo. Foram revistas acadêmicas classificadas pela CAPES de A1 a B3 na grande área da Administração e Ciências Contábeis. A próxima seção traz os resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os periódicos componentes da pesquisa pelo termo “Governança Pública” em revistas acadêmicas foram relacionados aos anos entre 2017 e 2022, sendo que sua análise pela Qualis, tem variações de categorias como pode ser visto na tabela 01:

Tabela 1: Análise Qualis dos artigos encontrados

REVISTA GESTÃO & REGIONALIDADE	A1
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	A2
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL	A3
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE	A3
REVISTA DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO	A3
REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS	A3
SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO	A3
REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	A4
REVISTA GESTÃO & TECNOLOGIA	A4
REVISTA TURISMO EM ANÁLISE	A4
REVISTA CAPITAL CIENTÍFICO – ELETRÔNICA	B1
REVISTA ELETRÔNICA DE ESTRATÉGIA & NEGÓCIOS	B1
REVISTA DA CGU	B2
REVISTA PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	B3

Fonte: BRASIL (2023)

Percebe-se na tabela 1 que 14 revista continham o tema e sendo cinco revistas com Qualis A3, três com A4, duas B1 e as demais A1, A2, B2 e B3.

Foram encontrados na Base SPELL® *Scientific Periodicals Electronic Library*, 52 resultados a pesquisa realizada com os marcadores Governança pública, sendo que 40 foram publicados no período de 2017 a 2022, artigos em língua portuguesa correlacionados. Foram selecionados 34 artigos considerados relevantes ao tema, sendo os principais autores: Blênio Cezar Severo Peixe; Fernanda Filgueiras Sauerbronn; Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior; Marco Antonio Carvalho Teixeira; Nelson Guilherme Machado Pinto e Adilson Giovanini publicados em periódicos.

A tabela 2 expõe os anos das publicações e em 2020 foram publicados 14 artigos sobre o tema pesquisado, esse resultado pode ter sido devido a pandemia da COVID-19 em que a atuação do poder público no país foi de fundamental importância no enfrentamento à doença.

Tabela 2: Ano de publicação dos artigos escolhidos

Ano de publicação	Quantidade de periódicos
2017	2
2018	7
2019	5
2020	14
2021	3
2022	4

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Como resultados nos periódicos, foram encontrados artigos como Costa *et al.* (2017) e Dani *et al.* (2018) que analisaram os mecanismos da governança pública e sua qualidade, sendo que Sauerbronn (2017), realizou a análise sobre a governança da política pública de saúde no Brasil no contexto pós-reforma gerencial. Camilo *et al.* (2018) analisou fatores relacionados ao portal da transparência e a governança pública. Magalhães e Coelho (2018) desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar as possíveis tensões inerentes entre a governança pública e governabilidade e suas implicações para a implementação de reformas administrativas de 3ª geração. Segundo Martins, Nevbot e Lopez (2018), foi realizada a leitura de artigos que apresentam a problemática da governança pública, priorizando temas como *accountability* e transparência, compreendendo-os como seus pilares.

Segundo Peixe, Filho e Passos (2018) investigaram os artigos publicados sobre Governança Pública e Accountability no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015.

Sobreira e Rodrigues Júnior (2018) realizaram uma avaliação na gestão de uma Universidade Pública do Ceará, com base no referencial teórico "*International Framework: Good Governance in the Public Sector*" produzido pela *International Federation of Accountants (IFAC)* e *Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA)*. Souza e Pinto (2018) verificou qual o entendimento sobre o tema Governança Pública, numa Organização Militar do Exército Brasileiro. Correio, Néia e Correio (2019) realizaram uma investigação sobre as práticas de governança pública adotadas pelos órgãos da Administração Pública Federal Brasileira (APFB).

Marins e Marini (2019) em um estudo ontológico de governança pública, baseada em robusta literatura em modelos de negócios e em um conceito de governança pública estruturado, a fim de melhorar a compreensão, comunicação, inovação e mensuração nas iniciativas públicas. Santos e Rover (2019) realizou um estudo com o objetivo de verificar a influência de práticas de governança pública na eficiência da aplicação dos recursos públicos

em educação e saúde nos municípios brasileiros. Teixeira e Gomes (2019) chegaram ao resultado de que em que pese o termo seja relativamente novo para a gestão pública, tem-se grande diversidade em sua abordagem conceitual, demonstrando abrangência e múltipla aplicabilidade.

Vespermann, Taveira e Penha (2019) verificou o nível de evidenciação de governança pública em municípios das mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais. Brito e Flexa (2020) definem que fica claro que dada a multiplicidade de abordagens teóricas, metodológicas e de estruturas, práticas e ritos organizacionais, como um importante espaço para a troca de informações, ideias e conhecimentos sobre arranjos institucionais e aportes teóricos em governança pública. Buta e Teixeira (2020) identificaram comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública, chegaram à conclusão de que os resultados indicam grande diversidade de conceitos de governança pública, de instrumentos utilizados para a sua mensuração e de atores institucionais que a exercem.

Eyerkauffer *et al.* (2020) desenvolveu um framework para o planejamento estratégico, utilizando indicadores para comunidades locais sustentáveis, sob a ótica da governança pública. Felix Júnior *et al.* (2020), com o objetivo de compreender elementos que colaboram para o desenvolvimento de uma governança pública na perspectiva das cidades inteligentes, relataram que conceito de governança inteligente se dá pela associação entre o uso da tecnologia e o envolvimento dos atores locais, em especial cidadão, para definição mais acertada das políticas públicas, coprodução de serviços práticas de governo, gerando uma maior confiança na administração pública.

Freitas, Pereira e Morais (2020) determinaram que os resultados do estudo apontaram que o IFPB - Campus Campina Grande cumpre parcialmente as exigências da IFAC em seu processo de desfazimento, atendendo satisfatoriamente às dimensões padrões de comportamento e estruturas e processos organizacionais e necessitando de melhorias nas dimensões controle e relatórios externos.

Giovanini (2020) com o objetivo de identificar os aplicativos de compartilhamento que surgiram nas últimas décadas e o modo como estão contribuindo para a melhoria da gestão pública local, constatou que os aplicativos de economia compartilhada podem contribuir de diferentes formas, com destaque para: a maior cooperação e coordenação intra e entre governos locais, redução na subutilização de ativos, maior acesso e melhoria na qualidade dos serviços públicos, e maior interação e participação dos cidadãos nas decisões públicas. A regressão estimada mostra que o emprego das novas tecnologias de comunicação contribui

para a melhoria no desempenho fiscal dos municípios. Contudo, essas tecnologias são pouco utilizadas, sendo necessárias iniciativas que estimulem a utilização de aplicativos de compartilhamento nas gestões públicas locais.

Graça e Sauerbronn (2020) analisaram comparativamente os elementos centrais dos códigos de ética do serviço público do Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul.

Martins e Peixe (2020) analisaram o disclosure dos princípios de governança pública dos municípios da região sul do Brasil. Matos e Gonçalves (2020) identificaram as características e as condições utilizadas para implementar mecanismos de governança que garantam o interesse público nos contratos de PPP existentes. Mediotte, Emmendoerfer e Oliveira (2020) fez o estudo sobre as formações discursivas relativas ao entendimento da comunidade acadêmica sobre o conceito de Governança Pública, no contexto do turismo, constatou que os resultados apontam que a Governança Pública no turismo tem sido caracterizada, em grande parte da produção acadêmica, como paradigma econômico normativo e fomentador de parcerias público-privadas.

Pinheiro e Oliva (2020) analisaram a atuação da auditoria interna na governança das universidades públicas federais brasileiras. Rodrigues e Rodrigues (2020), analisaram a relação entre a governança pública e as reeleições municipais em Minas Gerais em 2016.

Aragão e Souza (2021) avaliaram as expectativas e o desempenho percebido estão associados à satisfação do cidadão com o governo municipal quando participa da gestão. *Kalaoum* e Trigo (2021) identificaram que a identificação de divergências ou pouca precisão do conceito de Governança.

Nakazato, Silva e *Vincentin* (2021) analisaram a comunicação dos princípios de governança pública nos portais eletrônicos das grandes capitais mundiais, sob a ótica continental. *Haussler* et al. (2021) descrevem que a percepção dos comitês de uma organização pública federal brasileira sobre implantação da governança pública, sob a perspectiva do seu entendimento conceitual e de possíveis dificuldades e ganhos, relatam que possíveis ganhos apontam para melhorias de gestão de um modo geral, de processos e de riscos; melhorias no alcance de resultados; e maior transparência.

Aquino *et al.* (2021), em uma análise da governança pública dos municípios brasileiros, investigando os municípios de grande e pequeno porte, evidenciaram que que 58,78% dos municípios analisados apresentam elevado grau de governança pública, enquanto 9,75% dos municípios apresentaram baixos níveis de governança.

Lugoboni e Marques (2022) realizaram o estudo para compreender como as práticas de governança estabelecidas pela unidade administrativa (Reitoria) influenciam na operacionalização das ações de sustentabilidade praticadas pelas unidades universitárias. Espíndola (2022) analisou o desenho e a dinâmica da política de governança pública no Brasil, questionando seus propósitos e possíveis efeitos na gestão das políticas públicas e no cotidiano dos servidores. Gonçalves, Borges e Gonçalves (2022), em compreensão da amplitude de participação social e sua influência na análise de relatórios em processos de prestação de contas de Secretarias Estaduais de Saúde do Centro-Oeste/Brasil.

O anexo 1 traz detalhado todos os artigos que compõem a amostra, com o nome do periódico, título, autores, ano de publicação, instituição a que os autores estão vinculados, objetivos, metodologia e resultados.

Enfim, os objetivos de pesquisa sobre o tema governança pública são os mais diversos, com uma amplitude de pesquisa prática e teórica nos três níveis da federação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo relatar a importância da governança pública em estudos realizados no período entre 2017 e 2022, entendendo-se que o tema é pouco explorado e as publicações são limitadas e possuem focos diversificados.

O assunto governança pública é amplo e complexo, pois envolve várias áreas e vários posicionamentos disciplinares, fazendo com que o estudo seja condicionado às áreas disciplinares e focos científicos diversos.

Desta forma, a análise sistemática que conceitualmente o tema pode ser abordado em várias concepções, e empiricamente possui diversos significantes, fazendo com que o estudo tenha que ser aprofundado em uma área específica.

Para academia, este estudo traz um apoio técnico ao pesquisador que tem o intuito de aprofundar-se no tema, dando-lhe uma perfeita noção sobre as possibilidades e caminhos a tomar em sua pesquisa, e como sugestão de pesquisa futura seria investigar como a governança pública contribui para a gestão da pandemia e aplicação dos recursos públicos em nível mundial.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Marcio Cesar de Castro; SOUZA, Ariel Antonio Conceição de. Satisfação do cidadão com o governo municipal quando participa da governança pública. **Revista Gestão & Tecnologia**. 2020

AQUINO, C. V. M. G.; SILVA, C. R. M.; VASCONCELOS, L. R. S.; CASTELO, J. L. Governança Pública dos Municípios Brasileiros. **Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 110, p. 203-220, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6542/3232. Acesso em 21 jun. 2022.

BRITO, Rodrigo Lino de; FLEXA, Raquel Gonçalves Coimbra. Caminhos da Governança Pública. **Revista do serviço público**. 2020

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Revista Organizações & Sociedade**. 2020

_____. Guia da política de governança pública / Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

CAMILO, Silvio Parodi Oliveira; MANENTI, Rosana Vieira Alves; YAMAGUCHI, Cristina Keiko. Práticas de Governança Pública Municipal: Análise Informacional dos Sítios Eletrônicos em Portais de Transparência. **Revista de Ciências da Administração**. 2018.

CASTELO, Samuel Leite; CASTELO, Aline Duarte; CASTELO, Joelma Leite; ARAÚJO, Henrique Silveira; ARAÚJO, Victor Firmino de. Governança pública e performance: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 289-319, 18 maio 2018. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. <http://dx.doi.org/10.32586/rcda.v15i2.403>. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v15i2.403>. Acesso em: 21 jun. 2022.

CORREIO, Oliveira Pascoal; NÉA, Márcia; CORREIO, Vieira de Oliveira. Práticas de Governança Pública Adotadas pela Administração Pública Federal Brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**. 2019

DA COSTA, Alan Carlos Pereira; et al. Alinhamento da gestão de processos com os mecanismos do modelo de governança pública do TCU: o estudo de caso em uma universidade federal da Amazônia Oriental. **Rev. Serv. Público Brasília**. 2017.

DA GRAÇA, Gabriella Rodrigues; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Códigos de ética em sistemas de governança pública: um estudo comparativo Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul. **Revista do Serviço Público**. 2020

DANI, A. C.; MAGRO, C. B. D.; MATIAS-PEREIRA, J.; ZONATTO, V. C. S. Efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais: uma análise para países latino-americanos. **Administração Pública e Gestão Social**. 2018.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. Governança Pública: ensaiando uma concepção. **Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília-DF, v. 17, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/621>. Acesso em: 22 jun. 2022.

EYERKAUFER, Marino Luiz; SEDLACEK, Ana Carolina; MOSER, Paolo; FABRE, Valkyrie Vieira. Planejamento estratégico para desenvolvimento sustentáveis local sob a ótica da governança pública. **Revista Gestão e Planejamento**. 2020

ESPINOLA, Daniel Aguiar. Para que(m) serve a governança pública? Uma análise a partir da implementação da política de governança na Funasa. **Revista da CGU**. 2022

FELIX JÚNIOR, Luiz Antônio; et al. Governança pública nas cidades inteligentes: revisão teórica sobre seus principais elementos. **Revista do serviço público**. 2020

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, Jorge Ladeira dos. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. RC&C. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 6, p. 73-88, 2014.

FREITAS, Camila Martins de; PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves; MORAIS, José Jassuipe da Silva. Governança pública: análise da alienação de bens móveis com base nas recomendações da IFAC no IFPB. **Revista do serviço público**. 2020

GIOVANINI, Adilson. Economia compartilhada e governança pública. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 54, n. 5, p. 1207-1238, out. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190080>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190080>. Acesso em: 21 jun. 2022.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; BORGES, Tiago José Gonzaga; GONÇALVES, Andrea de Oliveira. Governança pública, evidenciação e amplitude de participação social em conselhos de saúde. **Revista evidenciação contábil & finanças**. 2022

GRIGORESCU, A. Organizações internacionais e transparência governamental: ligando as esferas internacional e doméstica. **International Studies Quarterly**, 47 (4), 643-667. doi:10.1046/j.0020- 8833.2003.04704003.x. 2003

HAUSSLER, Karoll Carneiro Ramos; MONTEZANO, Lana; PINHEIRO, Andressa Oliveira Pinheiro; AVELAR, Marcos da Costa. Percepções de comitês sobre a aplicação da governança pública federal. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**. 2021

KALAOUM, F.; TRIGO, L. G. G. Reflexões teóricas sobre governança pública e Governança turística. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**. 2021

LUGOBONI, Leonardo Fabris; MARQUES, Márcio. Governança pública e sustentabilidade em instituições de ensino. **RGO - Revista Gestão Organizacional**. 2022.

MAGALHÃES, Bruno Dias; COELHO, Fernando de Souza. Imbricações entre governança pública e governabilidade para a implementação da reforma administrativa:

o caso da gestão para a cidadania em minas gerais (2011-2014). **Revista Gestão e Planejamento**. 2018.

MARTINS, Simone; Teixeira Marco Antonio Carvalho; NEVBOT, Carmen Pineda; LÓPEZ, María Alejandra Peña. Transparência, accountability e governança pública. **Administração Pública e Gestão Social**. 2018

MARTINS, Gislene Daiana; PEIXE, Blênio Cezar Severo. Governança Pública: Análise Exploratória do Disclosure dos Municípios da Região Sul do Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. 2020

MARINS, Humberto Falcã; MARINI, João Paulo Mota Caio. Modelos de negócio na esfera pública: o modelo canvas de governança pública. **Cad. EBAPE.BR**. 2019

MATOS, Nyalle Barboza; GONÇALVES, Andréa de Oliveira. Modelos de avaliação de Parcerias Público-Privadas: perspectivas da governança pública para defender o interesse público. **Revista do serviço público**. 2020

MEDIOTTE, Elias José; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; OLIVEIRA, Guilherme de Avelar. A Polissemia da Governança Pública nos Estudos do Turismo: uma revisão sistemática. **Revista Turismo em Análise**. 2020

NAKAZATO, Cíntia Tiemi Iha; SILVA, Marcelo Rodrigues da; VINCENTIN, Ivan Carlos. Comunicação dos princípios de governança pública nos portais governamentais das grandes capitais mundiais: uma visão continental. **Revista Capital Científico – Eletrônica**. 2021

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu. IGovP: índice de avaliação da governança pública - instrumento de planejamento do estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 49, n. 5, p. 1263-1290, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612136179>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>. Acesso em: 21 jun. 2022.

PEIXE, Blênio Cezar Severo; FILHO, Celso da Ros; PASSOS, Gabriela de Abreu. Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. 2018

PEIXE, Blênio Cezar Severo; DA ROSA, Celso; PASSOS, Gabriela de Abreu. Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais *Revista Contemporânea de Contabilidade*, vol. 15, núm. 36, 2018b, pp. 77-96 Universidade Federal de Santa Catarina

PETERS, G. O que é governança? *Revista do TCU*, n. 127, p. 28-33, 2013.

PETERS, G. Prefácio. In: *Guia da política de governança pública / Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República*, 2018. 86 p.: il., color.

PINHEIRO, Douglas Renato; OLIVA, Eduardo de Camargo. A atuação da auditoria interna na governança pública: Um estudo baseado na visão da alta administração das

Universidades públicas federais brasileiras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. 2020

RIBEIRO, J. E., SOUZA, A. A. 20 Anos de Governança Corporativa no Brasil. **Revista de Administração Unimep**. v19 n13 - dezembro, 2022

RODRIGUES, Alexandre De Cássio; RODRIGUES, Suzana Braga. Governança pública e reeleições municipais em Minas Gerais. **Administração Pública e Gestão Social**. 2020

ROMÃO, Gabriela Araújo; NAJBERG, Estela. Governança de Redes e Políticas Públicas de Sustentabilidade: uma revisão bibliométrica. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022 On-line - 21 - 23 de set de 2022 - 2177-2576 versão online.

Disponível em:

<http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/6af97d7deea1a1d2c76c5c512e66700b.pdf>. Acesso em: 6 maio. 2023.

RONCONI, L. Governança pública: um desafio à democracia (Public governance: a challenge to Democracy). Doi: 10.5212/Emancipacao.v.11i1.0002. **Emancipação**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2011. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1696>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de administração pública**. 2019

SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Governança Pública em Saúde Pós-Reforma Gerencial no Brasil: Reconciliando Perspectivas para uma Análise Multinível. **Administração Pública e Gestão Social**. 2017.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Manual de orientação. Florianópolis, 2001.

SOBREIRA, Karoline Rodrigues; RODRIGUES JUNIOR, Manuel Salgueiro. Governança no setor público: avaliação do nível de aderência de uma instituição de ensino superior ao modelo de governança pública da IFAC. **Revista Governança corporativa**. 2018.

SOUZA, Tomé de; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Governança pública: levantamento de noções de governança em uma área administrativa de uma unidade gestora do exército brasileiro. **Revista práticas de administração pública**. 2018

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: Uma revisão conceitual. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5422>. Acesso em: 14 fev 2022.

VESPERMANN, Laiane Gonçalves Chagas – TAVEIRA, Lis Daiana Bessa; PENHA, Roberto Silva. Nível de evidenciação da governança pública nos municípios dos vales do Jequitinhonha e mucuri. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**. 2019

APÊNDICE

ANEXO 1 – Tabela periódicos selecionados sobre “governança pública”

Periódico	Título	Ano publicação	Autores	Objetivo	Metodologia	Resultados
Rev. Serv. Público Brasília	Alinhamento da gestão de processos com os mecanismos do modelo de governança pública do TCU: o estudo de caso em uma universidade federal da Amazônia Oriental	2017	Alan Carlos Pereira da Costa; Ana Flavia Pacheco Leal; Luna Caroline Barbosa do Nascimento; Claudio Márcio Campos de Mendonça & Lenin Cavalcanti Brito Guerra	Identificar as relações existentes entre os mecanismos de Governança Pública do Tribunal de Contas da União (TCU) e a implementação de uma gestão de processos no âmbito da Universidade Federal do Amapá	Este estudo é descritivo e exploratório, com abordagem ao problema ocorrendo de forma qualitativa; quantos aos meios, pode ser caracterizado como um estudo de caso. Na coleta de dados, elaborou-se um instrumento de pesquisa à luz dos mecanismos de governança pública do TCU e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os principais gestores da Unifap. No tratamento dos dados coletados, foi realizada análise de conteúdo.	Os resultados apontaram relação entre a adoção de uma gestão de processos com os mecanismos de governança pública apresentados pelo TCU (2014), de modo que os processos permitem à governança maior transparência quanto às atividades executadas, definição das competências entre os atores dos processos, e identificação de falhas.

Administração Pública e Gestão Social	Governança Pública em Saúde Pós-Reforma Gerencial no Brasil: Reconciliando Perspectivas para uma Análise Multinível	2017	Fernanda Filgueiras Sauerbronn	O presente ensaio tem foco na governança da política pública de saúde no Brasil no contexto pós-reforma gerencial. A argumentação desenvolvida tem o objetivo de propor uma análise que considere a governança pública como formada por influências advindas de múltiplos níveis, pautada no conceito de codeterminação, como forma de reconhecer questões de economia política no processo de interação de atores públicos e privados e seus reflexos sobre a sociedade	O presente artigo faz de reflexões mais sistêmicas sobre as relações entre o público e o privado no âmbito da política de saúde no Brasil. O desafio proposto é mais do que teórico ou analítico, uma vez que visa revelar de forma consistente essas relações, mas também um desafio político na medida em que busca compreender as dimensões de economia política:	Observa-se na revisão que são raros os estudos que reconheçam a coexistência de diferentes abordagens em governança pública (seus pressupostos, possibilidades e limitações) e que procurem reconciliar seus múltiplos níveis
Revista de Ciências da Administração	Práticas de Governança Pública Municipal: Análise Informacional dos Sítios Eletrônicos em Portais de Transparência	2018	Silvio Parodi Oliveira Camilo; Rosana Vieira Alves Manenti; Cristina Keiko Yamaguchi	Identificar práticas de governança pública, por meio da estrutura obrigatória e recomendável nos portais de transparência, na geração de informação à sociedade nos municípios da microrregião de Criciúma-SC	Quanto à abordagem, o presente trabalho, se caracteriza como qualitativo. Em relação ao objetivo da pesquisa, caracteriza-se como um estudo descritivo (CRESWELL, 2010; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Como técnica, o estudo fez uso da análise de conteúdo, mediante a localização dos dados por sítios eletrônicos, A população pesquisada abrangeu a microrregião de Criciúma, composta por 11 municípios	Na análise realizada aos sítios dos municípios da microrregião de Criciúma, ficou identificado que os municípios trabalham com mais de um sítio para transparecer suas atividades, muito com até três, mas a evidência alcançada com os resultados é que no final não alcançam os objetivos propostos, não cumprindo assim as leis estabelecidas para uma boa governança pública

Administração Pública e Gestão Social	Efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais: uma análise para países latino-americanos	2018	Dani, A. C.; Magro, C. B. D.; Matias-Pereira, J.; Zonatto, V. C. S	Verificar o efeito da qualidade da governança pública sobre o sentimento de confiança da população nas instituições governamentais de países latino-americanos.	A pesquisa quanto ao seu objetivo é caracterizada como descritiva, de abordagem quantitativa, utilizando-se de dados documentais. A população da pesquisa compreende os países da América Latina.	Os resultados empíricos para um período de 19 anos (2006-2014), mostram que o Chile possui os melhores indicadores relacionados à qualidade da governança pública. Por outro lado, Colômbia, Argentina e Peru apresentaram os piores indicadores relacionados a qualidade da governança pública. Em relação ao sentimento de confiança no governo o Brasil e Uruguai foram os países que apresentaram os melhores indicadores, enquanto a Colômbia e Peru apresentaram os piores.
Revista Gestão e Planejamento,	IMBRICAÇÕES ENTRE GOVERNANÇA PÚBLICA E GOVERNABILIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA: O CASO DA GESTÃO PARA A CIDADANIA EM MINAS GERAIS (2011-2014)	2018	Bruno Dias Magalhães; Fernando de Souza Coelho	Analisar as possíveis tensões inerentes entre a governança pública e governabilidade e suas implicações para a implementação de reformas administrativas de 3ª geração, a partir do estudo da Gestão para a Cidadania em Minas Gerais, no período de 2011 a 2014	utiliza-se da metodologia de análise documental e de bases de dados institucionais	De modo geral, apresentam-se conflitos potenciais no âmbito do estabelecimento de prioridades claras de governo, na promoção do consenso e cooperação intragovernamental e na utilização de mecanismos de participação social.

Administração Pública e Gestão Social	TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E GOVERNANÇA PÚBLICA	2018	Simone Martins; , Marco Antonio Carvalho Teixeira; , Carmen Pineda Nebot; , María Alejandra Peña López	Leitura de artigos que apresentam a problemática da governança pública, priorizando temas como accountability e transparência, compreendendo-os como seus pilares.	Nos nove (9) artigos contemplados nesta edição especial, foram priorizados aqueles que abordam pontos de vista teóricos, bem como experiências concretas de implementação de mecanismos de transparência e de controle social, em estudos de gestão pública e estudos de casos sobre as relações entre o controle da corrupção, a transparência e a governança públicas.	A partir desta breve explanação sobre o conjunto de pesquisas, se nota que estão mantidos o interesse e a preocupação com os temas priorizados neste dossiê. Também que foram dados passos importantes rumo à governança democrática, ainda que se revele o longo caminho a ser percorrido. Caminho possível se os políticos e os servidores públicos assumirem a sua responsabilidade e os cidadãos o controle para o seu cumprimento, necessário para não incorrer em retrocesso
Revista Contemporânea de Contabilidade	Governança pública e accountability: Uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais	2018	Blênio Cezar Severo Peixe, Celso da Rosa Filho; Gabriela de Abreu Passos	Investigar os artigos publicados sobre Governança Pública e Accountability no Setor Público, em periódicos nacionais e internacionais na área de Finanças Públicas no período de 2005 a 2015	essa pesquisa é classificada como descritiva, exploratória, de análise bibliométrica qualitativa-quantitativa	Os resultados obtidos revelam que a pesquisa sobre o referido tema é escassa, pois de um total de 355 artigos relacionados a questão de pesquisa apenas 86 deles tratavam da temática, sendo desses 12 nacionais e 74 internacionais. Encontrando-se o maior volume de publicações nos anos de 2010, 2012 e 2013 com 13, 13 e 11 publicações respectivamente.

Revista Governança corporativa	Governança no setor público: avaliação do nível de aderência de uma instituição de ensino superior ao modelo de governança pública da IFAC	2018	Karoline Rodrigues Sobreira; Manuel Salgueiro Rodrigues Junior	Fazer uma avaliação na gestão de uma Universidade Pública do Ceará, com base no referencial teórico "International Framework: Good Governance in the Public Sector" produzido pela International Federation of Accountants (IFAC) e Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA), verificando a aderência da gestão quanto a esse modelo internacional.	Trata-se de um estudo de caso, realizado através de um questionário para pessoas do corpo de governo da IES, com base no citado Framework do IFAC adaptado para a escala Likert.	Os resultados revelam que existe a percepção de um nível Alto de adesão aos princípios de boa governança elencados pelo IFAC/CIPFA, com um percentual de 80,34%. Os princípios de "integridade, ética e compliance" e "acessibilidade e envolvimento dos stakeholders" foram destaques positivos, pois obtiveram os melhores níveis, com 92,38% e 87,62%, respectivamente. No entanto, mesmo com os resultados elevados, existem princípios passíveis de melhoria. Destaca-se a "Gestão de Riscos e Desempenho" e "Desenvolvimento Sustentável", que obtiveram os menores percentuais (71,43% e 72,86%, respectivamente).
--------------------------------	--	------	--	--	--	---

REVISTA PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	GOVERNANÇA PÚBLICA: LEVANTAMENTO DE NOÇÕES DE GOVERNANÇA EM UMA ÁREA ADMINISTRATIVA DE UMA UNIDADE GESTORA DO EXÉRCITO BRASILEIRO	2018	Tomé de Souza; Nelson Guilherme Machado Pinto	Verificar qual o entendimento sobre o tema Governança Pública, numa Organização Militar do Exército Brasileiro, na cidade de Santa Maria – RS, entre os seus agentes, gestores e executores, da administração pública militar	foram entrevistados dez militares, sendo cinco oficiais e cinco praças, de cinco seções administrativas diferentes. O tipo de entrevista foi estruturado e o método de pesquisa utilizado foi o qualitativo	Ao analisar o resultado, verificou-se que o entendimento dos militares sobre o tema ainda é mediano e possui muitas lacunas entre a teoria e a prática descrita. Os princípios de Governança Pública são, sem exceção, confirmados pelos agentes; em relação à organização, não houve identificação total nos exemplos práticos citados ou mesmo na descrição do princípio, logo, foram parcialmente identificados. Da mesma forma, o entendimento sobre a identificação das práticas relacionadas a esses princípios, também foi parcialmente identificado, de forma mais forte ou mais fraca. Cabe ressaltar, entretanto, que o tema Governança Pública é muito recente no âmbito das Forças Armadas.
Administração Pública e Gestão Social	Práticas de Governança Pública Adotadas pela Administração Pública Federal Brasileira	2019	Oliveira Pascoal Correio, Márcia Néa; Vieira de Oliveira Correio, Oderlene	Investigar as práticas de governança pública adotadas pelos órgãos da Administração Pública Federal Brasileira (APFB)	o, fez-se uso de uma abordagem quantitativa do tipo descritiva, viabilizada pela aplicação de técnica estatística descritiva sobre o banco de dados resultante da aplicação do questionário, aplicado em 372 órgãos da APFB.	Dentre os resultados, cabe destacar a instituição de um conselho de administração em quase todos os órgãos, porém, as variáveis estudadas, que refletem a efetividade da administração desses conselhos, não são adotadas ou não atingiram um nível de maturidade que permita que o órgão realize a gestão, principalmente, de risco, ou ainda não identificaram a necessidade da adoção de melhores práticas de governança na esfera pública. Portanto, concluiu-se que os órgãos da APFB estão dando os primeiros passos na adoção de melhores práticas de governança

						corporativa, mas ainda tem muito a avançar.
Cad. EBAPE.BR	Modelos de negócio na esfera pública: o modelo canvas de governança pública	2019	Humberto Falcão Martins; João Paulo Mota Caio Marini	Apresentar uma ontologia de governança pública, baseada em robusta literatura em modelos de negócios e em um conceito de governança pública estruturado, a fim de melhorar a compreensão, comunicação, inovação e mensuração nas iniciativas públicas.	A abordagem ontológica é combinada com a ciência de design para desenvolver um “modelo de tela (canvas) de governança pública”, que se propõe a descrever mecanismos de governança em determinada iniciativa pública	O resultado é um modelo que deve formar de maneira ideal a base para novas ferramentas de gestão da estratégia e de informação, bem como oferecer outros benefícios em termos de mensuração e avaliação. Por fim, o modelo canvas é aplicado em três diferentes contextos institucionais da gestão pública.
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos	2019	Rodolfo Rocha dos Santos; Suliani Rover	Este estudo buscou verificar a influência de práticas de governança pública na eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros, a partir da perspectiva da nova governança pública (new public governance — NPG).	construiu-se um índice de eficiência municipal (IEM) com o intuito de medir a eficiência da aplicação dos recursos públicos com educação e saúde dos municípios brasileiros no ano de 2010. Posteriormente, por meio de modelos estatísticos de regressões de Mínimos Quadrados Ordinários, Tobit bootstrapping e quantílica, verificou-se a influência de variáveis tidas como princípios de governança pública: transparência/accountability, participação, integridade/ética, conformidade legal,	Como conclusão, este artigo mostra que práticas de governança pública influenciam a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde nos municípios brasileiros

					equidade e efetividade	
Rev. Serv. Público	Governança pública: uma revisão conceitual	2019	Alex Fabiane Teixeira; Ricardo Corrêa Gomes	Desenvolver uma revisão teórica da literatura sobre o conceito de governança pública	revisão de literatura em bases de periódicos nacionais e internacionais.	O resultado obtido indicou que, em que pese o termo seja relativamente novo para a gestão pública, tem-se grande diversidade em sua abordagem conceitual, demonstrando abrangência e múltipla aplicabilidade. Fazendo uso de uma sistematização histórica por ano dos conceitos de governança pública desde o ano de 1996, constatou-se que é consenso entre os autores que a boa governança se mostra essencial para otimizar o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural nacional. Por fim, identificou-se no referencial básico de governança pública do Tribunal de Contas da União um embrião governamental indutor do conceito para os serviços públicos brasileiros

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios.	NIVEL DE EVIDENCIAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	2019	Laiane Gonçalves Chagas Vespermann - Lis Daiana Bessa Taveira - Roberto Silva da Penha	Verificar o nível de evidenciação de governança pública em municípios das mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais	adotou-se a abordagem descritiva, documental quanto aos objetivos e qualitativa no tocante à abordagem do problema, com a interpretação dos resultados provenientes da aplicação de um checklist.	Os resultados apontaram que os níveis de evidenciação dos pilares de Governança Pública são muito desiguais entre os municípios da amostra. As dificuldades e limitações no atendimento aos Pilares da Governança Pública foi de forma predominante nos municípios menores
Revista Gestão & Regionalidade	Governança pública dos municípios brasileiros	2020	Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquinoa Clayton Robson Moreira da Silvab Lucas Rios Souza Vasconcelosc Joelma Leite Castelod	Analisar a governança pública dos municípios brasileiros, investigando os municípios de grande e pequeno porte	Esta pesquisa é descritiva, quanto aos procedimentos, é documental, e, quanto à abordagem, é quantitativa	Os resultados da pesquisa indicam que 58,78% dos municípios analisados apresentam elevado grau de governança pública, enquanto 9,75% dos municípios apresentaram baixos níveis de governança. Desse modo, o estudo sugere que a maioria dos municípios analisados apresentam adequadas práticas de governança pública.
REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	Caminhos da Governança Pública	2020	Rodrigo Lino de Brito; Raquel Gonçalves Coimbra Flexa	Explorar caminhos da implementação de princípios, mecanismos, ritos e práticas da governança pública	Análise de 16 artigos ao todo, com estudos de caso, análises comparadas e revisões sistemáticas, dentre outras tipificações de pesquisa, que trazem no seu escopo grande diversidade regional, institucional, temática e metodológica, com instituições representadas em praticamente todas as regiões do país, abordando tanto vieses acadêmicos quanto a prática do serviço público em si, perpassando as três esferas de governo e trazendo novas perspectivas que fazem refletir sobre governança pública como algo mais próximo da realidade do setor, das suas demandas	Em um importante espaço para a troca de informações, ideias e conhecimentos sobre arranjos institucionais e aportes teóricos em governança pública e, para tanto, acolheu artigos que promoveram proficuamente uma reflexão sobre dinâmicas, avanços e desafios da governança, como catalizadora da melhoria no processo de tomada de decisão. Sob a ótica do conjunto de artigos em tela, fica claro que esse propósito foi devidamente alcançado, dada a multiplicidade de abordagens teóricas,

					correntes, dos resultados.	metodológicas e de estruturas, práticas e ritos organizacionais estudados pelos autores
Revista Organizações & Sociedade	Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática	2020	Bernardo Oliveira Butaa; Marco Antonio Carvalho Teixeiraa	Identificar e avaliar comparativamente iniciativas de definição e mensuração de governança pública.	Foi realizada uma metanálise de artigos voltados à construção ou crítica aos índices de governança pública. O conteúdo dos artigos foi analisado por meio da técnica de análise categorial, com base em três dimensões de governança: conceitual, mensural e democrática	Os resultados indicam grande diversidade de conceitos de governança pública, de instrumentos utilizados para a sua mensuração e de atores institucionais que a exercem. Observou-se também dissonância entre os indicadores e os conceitos de governança pública. Por fim, propõe-se uma definição para governança pública a partir da identificação e análise dos conceitos apresentados nos artigos.
Revista Gestão e Planejamento	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS LOCAL SOB A ÓTICA DA GOVERNANÇA PÚBLICA	2020	Marino Luiz Eyerkauf; Ana Carolina Sedlacek; Paolo Moser; Valkyrie Vieira Fabre	Desenvolver um framework para o planejamento estratégico, utilizando indicadores para comunidades locais sustentáveis, sob a ótica da governança pública	O modelo proposto neste estudo será de característica integradora, visto que um novo modelo é apresentado a partir da integração de diferentes ferramentas.	O ensaio teórico apresentado não apenas preencheu parte das lacunas teóricas à cerca da integração dos temas, como trouxe uma contribuição significativa para iniciar as discussões

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	Governança pública nas cidades inteligentes: revisão teórica sobre seus principais elementos	2020	Luiz Antônio Felix Júnior; Luciana Gondim de Almeida Guimaráes; Wênyka Preston Leite Batista da Costa; Vera Lúcia Cruz4 Walid Abbas El-Aouar.	Compreender elementos que colaboram para o desenvolvimento de uma governança pública na perspectiva das cidades inteligentes	A proposta é baseada em uma revisão sistemática da literatura no período de 2009 a 2020. Nessa revisão foi utilizado o Software VOSviewer® como auxiliar. Foram analisadas 32 produções, sendo apresentados: conceitos; tendências e elementos; agenda de pesquisas futuras; quantitativos de pesquisadores, instituições, países e trabalhos mais citados	. Conclui-se que o conceito de governança inteligente se dá pela associação entre o uso da tecnologia e o envolvimento dos atores locais, em especial o cidadão, para definição mais acertada das políticas públicas, coprodução de serviços e práticas de governo, gerando uma maior confiança na administração pública. Foram constatados alguns elementos que colaboram para o desenvolvimento da governança inteligente, como: dados; transparência; participação; contexto; cidadão; colaboração; desenvolvimento; tecnologia da informação e comunicação; e meio ambiente.
REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	Governança pública: análise da alienação de bens móveis com base nas recomendações da IFAC no IFPB	2020	Camila Martins de Freitas; Dimmitre Morant Vieira Gonçalves Pereira; José Jassuipe da Silva Morais	Analisar o nível de aderência do processo de alienação de bens móveis às práticas de governança pública elencadas pela International Federation Accounting Committee (IFAC).	Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica de pesquisa de triangulação de dados a partir de fontes bibliográficas, documentais e da observação direta, realizado no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, campus Campina Grande. Somados à observação direta, os dados foram coletados em legislações, normativas internas, relatórios internos, regulamentos e edital, nos quais se fez um estudo acerca da governança pública trazida nas recomendações da IFAC	Os resultados do estudo apontaram que o IFPB - Campus Campina Grande cumpre parcialmente as exigências da IFAC em seu processo de desfazimento, atendendo satisfatoriamente às dimensões padrões de comportamento e estruturas e processos organizacionais e necessitando de melhorias nas dimensões controle e relatórios externos. Assim, apesar de atender a alguns pontos específicos, verifica-se a necessidade de ampliar a aderência das práticas de desfazimento de tais categorias.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Economia compartilhada e governança pública	2020	Adilson Giovanin	Identificar os aplicativos de compartilhamento que surgiram nas últimas décadas e o modo como estão contribuindo para a melhoria da gestão pública local.	Utilizou-se a análise descritiva dos dados e uma regressão para caracterizar a adesão às novas tecnologias pelos governos locais e para identificar o modo como afetam o desempenho fiscal dos municípios, mensurado a partir do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)	Os resultados obtidos mostram que os aplicativos de economia compartilhada podem contribuir de diferentes formas, com destaque para: a maior cooperação e coordenação intra e entre governos locais, redução na subutilização de ativos, maior acesso e melhoria na qualidade dos serviços públicos, e maior interação e participação dos cidadãos nas decisões públicas. A regressão estimada mostra que o emprego das novas tecnologias de comunicação contribui para a melhoria no desempenho fiscal dos municípios. Contudo, essas tecnologias são pouco utilizadas, sendo necessárias iniciativas que estimulem a utilização de aplicativos de compartilhamento nas gestões públicas locais. Palavras-chave: economia compartilhada; municípios; gestão pública local.
Revista do Serviço Público	Códigos de ética em sistemas de governança pública: um estudo comparativo Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul	2020	Gabiella Rodrigues da Graça; Fernanda Filgueiras Sauerbronn	Analisar comparativamente os elementos centrais dos códigos de ética do serviço público do Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul, por serem um instrumento fundamental em sistemas de governança pública	revisão de literatura na relação entre ética e o poder discricionário na administração pública no âmbito da Nova Administração Pública. A revisão concentra-se também nos conceitos de código de ética e sistemas de gestão de ética. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa coloca foco nos códigos de ética dos referidos países, utilizando categorias de análise de estudos internacionais.	Os resultados indicam diferenças de conteúdo entre os códigos investigados – como a motivação dos códigos e a forma como as sanções são tratadas – e, por fim, são apontadas contribuições para a revisão ou ampliação dos códigos de ética na administração pública brasileira de forma a contribuir com a governança pública.

Sociedade, Contabilidade e Gestão	Governança Pública: Análise Exploratória do Disclosure dos Municípios da Região Sul do Brasil	2020	Gislene Daiana Martins; Blênio Cezar Severo Peixe	Analisar o disclosure dos princípios de governança pública dos municípios da região sul do Brasil	Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa realizada por meio de pesquisa documental com dados secundários publicados nos sites das prefeituras dos municípios localizados na região sul do Brasil, totalizando 493 municípios com mais de 10.000 (dez mil) habitantes	Os resultados dos testes na prática apontaram para adequação do instrumento por meio da convergência entre as cargas obtidas na análise fatorial exploratória com a fundamentação teórica. Desta forma, apresenta-se uma lista de itens adequados para avaliar o disclosure da governança pública dos municípios da região sul do Brasil.
REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO	Modelos de avaliação de Parcerias Público-Privadas: perspectivas da governança pública para defender o interesse público	2020	Nyalle Barboza Matos; Andréa de Oliveira Gonçalves	identificar as características e as condições utilizadas para implementar mecanismos de governança que garantam o interesse público nos contratos de PPP existentes	Este estudo classificou, de forma integrativa, nove mecanismos de governança com base nos três princípios estabelecidos pela OCDE (2012): estrutura institucional clara e legítima; justificativa fundamentada em VfM; e processo orçamentário transparente e íntegro	A contribuição desta pesquisa é sistematizar a literatura relevante sobre o assunto, esclarecendo a complexidade dessas questões e oferecendo novas ideias teóricas para identificar as características e condições utilizadas como mecanismos de valor e governança do Value for Money, capazes de fazer a diferença no sucesso e na avaliação de PPPs no aspecto de interesse público.

Revista Turismo em Análise	A Polissemia da Governança Pública nos Estudos do Turismo: uma revisão sistemática	2020	Elias José Mediotte Magnus Luiz Emmendoerfer Guilherme de Avelar Oliveira	compreender as formações discursivas relativas ao entendimento da comunidade acadêmica sobre o conceito de Governança Pública, no contexto do turismo	Ao longo deste estudo, são apresentadas perspectivas bibliográficas sobre a Nova Governança Pública, a Nova Gestão Pública e o Turismo. São discutidas e analisadas, por meio de uma revisão sistemática, as concepções de governança constituídas em 21 trabalhos acadêmicos, a partir de uma abordagem qualitativa, exploratória-descritiva	Os resultados apontam que a Governança Pública no turismo tem sido caracterizada, em grande parte da produção acadêmica, como paradigma econômico normativo e fomentador de parcerias público-privadas. As conclusões do presente estudo apontam para uma sucessiva desarmonia entre as concepções acadêmicas relativas aos conceitos concebidos, tendo em vista a inclinação para bases eminentemente gerencialistas, prescritas pela Nova Gestão Pública, em detrimento da coprodução de ações coletivas, com expressiva atuação da comunidade civil nesse processo, o qual reflete a real proposição da Nova Governança Pública
Revista Contabilidade Vista & Revista	A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NA GOVERNANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO BASEADO NA VISÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS	2020	Douglas Renato Pinheiro Eduardo de Camargo Oliva	Analisar a atuação da auditoria interna na governança das universidades públicas federais brasileiras, do ponto de vista da Alta administração, composta por Reitores, Vice-Reitores, Pró-Reitores de Administração e Pró-Reitores de Planejamento.	realizou-se uma pesquisa mista que consistiu em duas fases. Na primeira fase foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva com uma amostra de 33 universidades e, na segunda fase, uma pesquisa qualitativa, através da técnica de coleta de dados Focus Group.	Os resultados apontam que a maioria da Alta administração concorda que a auditoria interna auxilia a universidade na execução de suas estratégias, possuindo uma atuação flexível e alinhada com os objetivos estratégicos da instituição, de forma a considerar a auditoria interna uma importante instância interna de apoio à governança da universidade.

Administração Pública e Gestão Social	Governança pública e reeleições municipais em Minas Gerais	2020	Alexandre De Cássio Rodrigues; Suzana Braga Rodrigues	Analisar a relação entre a governança pública e as reeleições municipais em Minas Gerais em 2016. Fundamentada no modelo da reputação, a primeira hipótese da pesquisa admite que a possibilidade de reeleição influencia os prefeitos a adotarem boas práticas de governança pública	A análise dos determinantes da reeleição de prefeitos não é inédita no Brasil. Porém, a literatura enfatiza, sobretudo, a relação entre gestão fiscal e reeleição	Os resultados dos modelos de regressão multivariada revelam que a possibilidade de reeleição não influencia os prefeitos a adotarem boas práticas de governança, porém, prefeitos que adotam boas práticas de governança tendem a ser reeleitos. A conclusão é que os eleitores, através do voto, selecionam os candidatos à reeleição que mais adotam boas práticas de governança pública, o que reforça os argumentos dos defensores da continuidade do instituto da reeleição.
Revista Gestão & Tecnologia	SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM O GOVERNO MUNICIPAL QUANDO PARTICIPA DA GOVERNANÇA PÚBLICA	2021	Marcio Cesar de Castro Aragão, Ariel Antonio Conceição de Souza	Avaliar se as expectativas e o desempenho percebido estão associados à satisfação do cidadão com o governo municipal quando participa da gestão.	Para isso utilizou-se de questionário baseado na escala Servqual que é composta por cinco dimensões de qualidade de um serviço.	: Os resultados mostram que a percepção do desempenho do serviço público municipal foi superior à expectativa, sugerindo qualidade positiva. Tanto a expectativa referente às dimensões de tangibilidade, capacidade de resposta e segurança, quanto o desempenho relativo às dimensões de tangibilidade, segurança e empatia influenciam a satisfação do cidadão
. Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade	REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE GOVERNANÇA PÚBLICA E GOVERNANÇA TURÍSTICA	2021	Kalaoum, F., & Trigo, L. G. G	Estimular e contribuir com uma construção teórica sobre Governança e sua aplicação na Governança Turística	abordagem qualitativa, foi utilizada como técnica na construção desse trabalho a pesquisa bibliográfica, com enfoque nas leituras sobre Governança Pública, New Public Management [NPM] e Governança Turística	Entre os resultados alcançados estão a identificação de divergências ou pouca precisão do conceito de Governança, e a identificação de elementos em comum na literatura que podem auxiliar uma melhor compreensão desse construto.

Revista Capital Científico – Eletrônica	Comunicação dos princípios de governança pública nos portais governamentais das grandes capitais mundiais: uma visão continental	2021	Cíntia Tiemi Iha Nakazato , Marcelo Rodrigues da Silva; Ivan Carlos Vicentin	Analisar a comunicação dos princípios de governança pública nos portais eletrônicos das grandes capitais mundiais, sob a ótica continental.	A pesquisa pode ser classificada como aplicada e descritiva e utilizou como delineamento o estudo de casos múltiplos. Para a coleta de dados foi utilizado formulário de observação dos portais. Os resultados foram agregados de forma continental	Os principais resultados percebidos foram que houve a intenção de divulgar e dialogar com os cidadãos sobre os princípios de governança pública, principalmente na América, Europa e Oceania, mas ainda em níveis considerados baixos. Além disso, não foi possível verificar uma relação entre o volume populacional e a comunicação dos princípios de governança pública.
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	PERCEPÇÕES DE COMITÊS SOBRE A APLICAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA FEDERAL	2021	Karoll Haussler Carneiro Ramos - Lana Montezano - Andressa Oliveira Pinheiro - Marcos da Costa Avelar	Este artigo descreve a percepção dos comitês de uma organização pública federal brasileira sobre implantação da governança pública, sob a perspectiva do seu entendimento conceitual e de possíveis dificuldades e ganhos	, aplicou-se um questionário com os membros dos Comitês Estratégico e Tático Operacional, constatando-se que esses estão alinhados à definição de governança estabelecida na legislação vigente	Os possíveis ganhos apontam para melhorias de gestão de um modo geral, de processos e de riscos; melhorias no alcance de resultados; e maior transparência
Revista da CGU	Para que(m) serve a governança pública? Uma análise a partir da implementação da política de governança na Funasa	2022	Daniel Aguiar Espinola	Analisar o desenho e a dinâmica da política de governança pública no Brasil, questionando seus propósitos e possíveis efeitos na gestão das políticas públicas e no cotidiano dos servidores.	método qualitativo, tendo se proposto a analisar a implementação da política de governança pública na Funasa, no período de 2017 a meados de 2021,	A pesquisa demonstra através da análise documental e entrevistas realizadas que a implementação dos instrumentos da política de governança na Funasa parece se concentrar mais fortemente em elementos meramente formais, resultando em uma baixa incorporação por parte de seus servidores, principalmente alguns dos agentes responsáveis pela condução das políticas finalísticas do órgão (entrevistados do Grupo C), que também manifestaram nas entrevistas realizadas um alheamento às ações implementadas e, em parte, uma visão

						negativa em relação aos respectivos instrumentos.
REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS	GOVERNANÇA PÚBLICA, EVIDENCIAÇÃO E AMPLITUDE DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CONSELHOS DE SAÚDE	2022	Rodrigo de Souza Gonçalves; Tiago José Gonzaga Borges; Andrea de Oliveira Gonçalves	Este trabalho aprofunda a compreensão da amplitude de participação social e sua influência na análise de relatórios em processos de prestação de contas de Secretarias Estaduais de Saúde do Centro-Oeste/Brasil.	Sob o ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo qualitativo, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade com conselheiros estaduais de saúde em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e de documentos. Quanto à qualidade da informação contábil, procedeu-se à análise documental das prestações de contas das Secretarias de Saúde do período de 2011 a 2013.	Os resultados demonstram que a amplitude de participação social pode incrementar a qualidade dos relatórios, sobretudo quando há um ambiente de melhor controle social e governança atuando em conjunto na busca de melhor monitoramento e aplicação dos recursos públicos.
RGO - Revista Gestão Organizacional	Governança pública e sustentabilidade em instituições de ensino	2022	LEONARDO FABRIS LUGOBONI; MARCIO MARQUES	Compreender como as práticas de governança estabelecidas pela unidade administrativa (Reitoria) influenciam na operacionalização das ações de sustentabilidade praticadas pelas unidades universitárias (Campi).	A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso em que houve três fontes de dados: a) documentos (Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano de Gestão); b) Entrevistas com gestores da unidade administrativa, e c) entrevistas com gestores das unidades universitárias	Foi possível identificar 31 ações ligadas aos mecanismos de governança. Como exemplo, pode-se mencionar “monitoração e administração de aporte de recursos orçamentários para permanência estudantil”. Também foi possível identificar 23 ações de sustentabilidade. Como exemplos pode-se apresentar: a) parceria para eficiência energética; b) internacionalização da pesquisa alinhada aos Objetivos de

							Desenvolvimento Sustentável da ONU, e c) programa de inclusão.
--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).